

GOEMIL

GOEMIL S.A. INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

C.N.P.J.: 07.657.789/0001-05 - Registro Junta Comercial de GO n: 52300012805

	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores em milhares de reais - R\$)							d
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	
CIRCULANTE				PASSIVO CIRCUI ANTE				ıl
Caixa e equivalentes de caixa	5	120.118	101.993	Fornecedores	10	13.561	16.559	
Contas a receber de clientes	6	43.389	40 450	Empresumos e imanciamentos	12	4	370	ĮF.
Tributos a recuperar	8	41.593		Outras obrigações Obrigações sociais e trabalhistas		191 2.255	634 1.226	н=
Adiantamentos a terceiros	-	188	242	Obrigações tributárias	11	5.115	8.056	
Estoques	7	76.324		Dividendos propostos a pagar	16.b	10.044	9.678	D
Ativo biológico	•	. 0.02	101	Total do passivo circulante		31.170	36.523	IΑ
Despesas antecipadas		41	212	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				IJ
Total do ativo circulante		281.653	234 946	Empréstimos e financiamentos	12		4	Р
NÃO CIRCULANTE		201.000	204.040	Empréstimos e financiamentos Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	13	557	380	اا.
Depósitos judiciais		92		Impostos e contribuições sociais diferidas Total do passivo não circulante	21	3.086 3.643	3.450 3.834	
Tributos a recuperar	8	177		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.043	3.634	
Investimentos	0	418	330	Capital social	16.a	160.000	110.000	
Imobilizado	9	54.368	53 003	Reserva de incentivos fiscais	16.b	40.363	19.458	٢
	9	114	147		16.b	12.165	9.070	P
Intangível	9				16.b	89.481	109.751	P
Total do ativo não circulante		55.169	53.690	Total do patrimônio líquido		302.009	248.279	
TOTAL DO ATIVO	A	336.822		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO e integrante destas demonstrações financeira		336.822	288.636	llc

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações linanceiras.								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022								
(Valores em milhares de reals - R\$, exceto quando especificados) Nota Capital Incentivos Reserva Reserva Lucros explicativa social fiscals de lucros legal acumulados Total SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 110.000 6.225 75.460 6.336								
							198.021	
Reversão de dividendos exercício 2020	16.b	-	-	5.258	-	-	5.258	
Const. reserva incentivos fiscais doação e subvenção	16.b	-	13.233	-	-	(13.233)	-	
Lucro líquido do exercício	16.b	-	-	-	-	54.678	54.678	
Const. reserva legal	16.b	-	-	-	2.734	(2.734)	-	
Distribuição de dividendos (R\$ 0,09 por ação)	16.b	-	-	-	-	(9.678)	(9.678)	
Const. reserva de lucros	16.b	-	-	29.033	-	(29.033)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		110.000	19.458	109.751	9.070			
							248.279	
Integralização de capital	16.a	50.000	(7.912)	(42.088)	-	-	-	
Reversão de dividendos exercício 2021	16.b	-	-	1.884	-	-	1.884	
Const. reserva incentivos fiscais doação e subvenção	16.b	-	18.615	-	-	(18.615)	-	
Lucro líquido do exercício	16.b	-	-	-	-	61.890	61.890	
Const. reserva legal	16.b	-	-	-	3.095	(3.095)	-	
Distribuição de dividendos (R\$ 0,06 por ação)	16.b	-	-	-	-	(10.044)	(10.044)	
Const. reserva de lucros	16.b	-	-	30.136	-	(30.136)	-	
Realocação subvenção para investimentos	16.b	-	10.202	(10.202)	-	- '	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		160.000	40.363	89.481	12.165	-	302.009	
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.								

RELATÓRIO DA DIRETORIA Senhores Acionistas: Em conformidade com o exposto no Estatuto Social e legislação vigente, submetemos à apreciação de vossas senhorias, as Demonstrações Financeiras de forma resumida e com divulgação simultânea da integra dos documentos na página deste mesmo jornal na internet, relativas ao exercício findo em 1,12,2022 e 31,12,2021, elabora-das em conformidade com a legislação societária vigente. Palmeiras de Goiás (GO), 31 de janeiro de 2023. A Diretoria Senhores Acionistas: Em conformidade cor

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

4	(Valores em milhares de rea	is - R\$)	DE DEZEMBI	O DL 2022
021	,	Nota	31/12/2022	31/12/2021
559	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	explicativa	31/12/2022	31/12/2021
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		87.389	80.218
226 056	Ajustado por:		07.309	00.210
)56	Depreciação do ativo imobilizado	9	4.514	3.880
578 523	Amortização do ativo intengível	9	67	3.000
)23	Juros sobre financiamentos e empréstimos	19	5	17
4	Perda do imobilizado e intangível baixado	9	52	68
380	Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	3	32	(125)
450 334	· ·	8	(663)	(8.071)
	Provisão (reversão)para devedores duvidosos	6	(5)	50
000	Provisão (reversão) para realização de estoque	7	(29)	36
458		13	206	30
070 751		13	10	(10)
279	Aumento (redução) nos ativos e passivos:		10	(10)
636	Contas a receber de clientes		5.766	(24.259)
	Tributos a recuperar		(13.392)	(17.735)
	Estoques		(20.625)	(6.369)
	Ativo biológico		94	149
	Outras contas a receber		195	(255)
ıl	Fornecedores		(2.998)	14.931
	Impostos e contribuições tributárias		(10.810)	(8.394)
21	Obrigações sociais e trabalhistas		1.029	282
8	Outras contas a pagar		(473)	388
_,	Pagamentos de juros s/ empréstimos e financiamentos	19	(5)	(17)
78	Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.994)	(14.333)
,,,	Recursos líquidos originados pelas atividades operacionais		32.333	20.489
'8)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		02.000	20.400
	Aquisição de ativo imobilizado	9	(5.943)	(14.265)
79	Aquisição de ativo intangível	9	(23)	(109)
	Venda de bens de ativo imobilizado		-	350
34	Aquisição de outros investimentos		(79)	(72)
_	Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento		(6.045)	(14.096)
90	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		, ,	` ′
	Dividendos pagos	16	(7.793)	(4.842)
14)	Pagamentos de principal s/ empréstimos e financiamentos		(370)	(468)
	Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento		(8.163)	(5.310)

AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando especificados)
Nota

	Nota			٠,
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	ı
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	604.178	490.927	ď
Custos dos produtos vendidos	18	(484.191)	(394.345)	ď
Lucro operacional bruto		119.987	96.582	ď
Despesas (receitas) operacionais:				ď
Despesas comerciais	18	(30.326)	(20.230)	ď
Despesas gerais e administrativas Outras	18	(10.148)	(6.895)	ì
receitas (despesas) líquidas	22	737	6.499	
		(39.737)	(20.626)	ì
LUCRO OPERACIONAL ANTES		80.250	75.956	i
DO RESULTADO FINANCEIRO Resultado financeiro líquido:				ı
Despesas financeiras	19	(128)	(148)	(
Receitas financeiras	19	6.227	4.590	1
Variação cambial líquida	19	1.040	(180)	1
variação cambiai fiquida	13	7.139	4.262	1
LUCRO OPERACIONAL ANTES		7.100	4.202	(
DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO		87.389	80.218	4
Imposto de renda e contribuição social:				1
Corrente	21	(25.863)	(25.142)	
Diferidos	21	` 364	` (398)	
		(25.499)	(25.540)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		61.890	54.678	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (R\$ por ação		0,39	0,50	
As notas explicativas são parte integrante	destas demo	nstrações fina	nceiras.	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	61.890	54.678
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	61.890	54.678
As notas explicativas são parte integrante destas demo	netrações f	inanceirae

ativas são parte integrante destas demonstraçõ

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Goemils SA. Industria de Produtos Alimentícios ("Companhia") é uma sociedade do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor (CPC 40 (R1))

Torrector se de capital fechado, com sede na Rodovia GO 050, km 07, Fazenda recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), Suçuapara, Zona Rural, em Palmeiras de Goiás - GO e tem por objeto social mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao a tindústria e comércio de produtos alimentícios, como feijão, soja, sementes valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), Adoção de novos pronuciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas a indústria e comércio de produtos alimentícios, como feijão, soja, sementes valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), Adoção de novos pronuciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas problemas, condimentos, aditivos e ração animal, comércio de insumos agricolas, reconhecida mediatamente em lucros e perdas.

Se uma perda por redução ao valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), Adoção de novos pronuciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes
oleaginosas e similares, assim como a refinação de óleos e gorduras vegetais, em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável e ativos relacionados) publicadas e ainda não vigentes
oleaginosas e similares, assim como a refinação de óleos e gorduras vegetais, em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável e ativos relacionados) publicadas e ainda não vigentes.

So judicadas e ainda não vigentes do nos publicadas e ainda não vigentes.

So judicadas e ainda não vigentes de corrector de mediatamente em lucros e perdas.

So judicadas e ainda não vigentes

essenciais nao poderiam ser paralisadas. Desta forma, a Companhia se manteve juros e attualização monetaria, conforme previsto contratualmente, incorndos até a data do operando sem restrições e paradas de operações devido ao ramo de sua atividade. balanço e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros acido Desde o início do surto pandêmico a Companhia vém adotando medidas para reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo proteger a saúde de seus colaboradores e familiares, disponibilizando materiais ou financiamento. de higiene, fazendo uso obrigatório de máscaras, reorganizando fluxos, escalas I) Instrumentos financeiros de trabalho, contatos para evitar aglomerações, acompanhando medições de <u>Classificação e mensuração</u> temperaturas, mantendo os colaboradores de risco e área administrativa, sempre No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo sociais, econômicos e financeiros

ociais, econômicos e financeiros.

Companhia avaliou os impactos contábeis e incertezas sobre os efeitos do Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas valor de custo amortizado. pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê da contratação conforme abaixo: de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de <u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u> Contabilidade - CFC, com observância às disposições contidas na legislação Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

competência do exercício c) Moeda estrangeira

na data da transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda

corrente de derivativos ou cotados no mercado ativo. e) Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os período do relatório. respectivos impostos e reduzidos, quando aplicável, ao seu valor presente na data do balanço o) Demás ativos, passivos e não circulantes patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para perda estimada é avaliada com São classificados no circulante e não circulante e obedecem ao prazo de realização ou de base na perda esperada, levando em consideração a experiência passada de inadimplência de exiptibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

de átivos biologicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado ativo.

h/mobilizado e intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos q

Estão demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos q

Estão demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos quando aplicável, edas respectivas depreciações e amortizações.

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar

Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado e intangível, estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não a depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas que levam em são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão estados na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e

Taxa de depreciação (% ao ano) 4% - 10,0% 4% - 12,5% Benfeitorias e instalações Máquinas e equipamentos 2,5% - 4,35% 6,67% - 33,33% Edificações e silos Móveis, utensílios e informática 0% - 33,33% Intangível

Se houver uma indicação de que ocorreu uma mudança significativa na vida útil ou no valor quais as despesas foram reconhecidas residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No film de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperáv de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatament no resultado

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contáb

remetidos pelos fornecedores

COVID-19
O Governo Federal, em 20 de março de 2020, declarou estado de calamidade k) Empréstimos e financiamentos
pública, sendo que na mesma oportunidade foi determinado que atividades São demonstrados pelo valor da transação acrescidos dos encargos pactuados, que incluem
essenciais não poderiam ser paralisadas. Desta forma, a Companhia se manteve juros e atualização monetária, conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do
operando sem restrições e paradas de operações devido ao ramo de sua atividade. balanço e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são
balanço e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são

temperaturas, mantendo os colaboradores de risco e area administrativa, sentine no reconnecimento illucia, um ativo initalicento e dassinicado como interisadado, a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de divida. Ministério da Saúde para mitigar a transmissão do vírus e preservar os interesses ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor insterio da Saúde para mitigar a transmissão do vírus e preservar os interesses ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dividad so de contra de co

COVID-19 que poderiam afetar as demonstrações financeiras e não identificou não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste circunstâncias que indicariam "impairment" dos seus ativos. A Administração não caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de identificou contingências ou necessidade de constituição de provisões decorrentes da pandemia.

BASE DE ELABORAÇÃO E ARRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃO CONSTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃO

2.BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) surados pelo custo amortizado: e (3)

em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando AAdministração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial

Contabilidade - CFC, com observância às disposições contidas na legisiação Os ativos ninanceiros são mensurados ao vaior justo no inital de dada perildo de exidade ma que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que quaisquer ganhos de hedge designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos 2022 foram elaboradas pressupondo a continuidade operacional da empresa, a no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal <u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u> dos negócios. Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando

a) Bases de elaboração
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e foram elaboradas O imposto a pagar é apurado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere com base no custo histórico, exceto se mencionado a seguir. O custo histórico do lucro apresentado na demonstração de resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de ativos. forma permanente. A Empresa é regida pelo regime de tributação do lucro real, e o imposto de bi**)Apuração do resultado**O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de renda (IRPA) e a contributavel excedente de R\$20 mensas para Imposto de R\$20 mensas para Imp de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) no fim do exercício

do exercición.

La controllo de controllo.

La controllo de con diferenças temporárias). Împostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim de cada exercício. As temporárias que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos diferidos ativos diferidos ativos de sembra que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos de sembra que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos de sembra que aumentem o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados.

d)Caixa e equivalentes de caixa

d)Caixa e Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que impirovável que seja recuperado. O aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. valor contábil líquido de de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecitor. auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam justos. A Companhia não possui operações com aplicações financeiras de natureza aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos periodos nos quais se espera que o imposto

diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

18.125

101.993

1.083

100.910

g)Ativo biológico justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos Os ativos biológicos, representados por gados, são demonstrados pelo valor justo. A avaliação ou encargos sobre vendas. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receitas de de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado ativo.

a depreciação e amortização são calculadas pelo intetido limited as taxas que revairi en san facilitarie obtidos de outras fortes. As estimativas e as respectivas premissas estado consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Atívos e depreciação e amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, e as impostos diferidos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os taxas atualmente adotadas estão consistentes com o ano anterior, como segue: em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferente dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação

r) Subvenções governamentais As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como subvenções a realizar pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas ou redutoras da despesa de mesma natureza em uma base sistemática nos mesmos períodos nos

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA COMPANHIA

la é el	Norma	Requerimento	demonstrações financeiras
10	Alteração da Reforma da Taxa de Juros Referência à IFRS 9	Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge afetados pelas taxas de juros de referência	A Companhia não identificou impacto relevante em suas
	(CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1))	atuais alteradas em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.	demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração da norma IFRS 4 (CPC 11) - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 (CPC 48)	Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante		espera impacto relevante em suas
Emenda a norma IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas	Esclarece a definição de mudança em estimativas contábeis. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Emenda a norma IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos sobre ativos e passivos decorrentes de uma única transação.	Esclarece o reconhecimento inicial dos impostos diferidos sobre ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2024.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por" informações de políticas contábeis relevantes". Vigência a partir de 1° de janeiro de 2023.	A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo polo CFC e aprovados no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto amortizado unitinado com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Boace fei

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Composição</u> Dinheiro em caixa	31/12/2022 1	31/12/2021
Depósitos bancários em conta corrente	696	1.443
Aplicações financeiras de liquidez imediata	119.421	100.549
Total	120.118	101.993

Estão representados por saldos em caixa e em instituições financeiras. As aplicações financeiras, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são indexados de 99% a 101% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI em 31 de dezembro

	Distribuição dos títulos	<u>Nota</u>	31/12/2022	31/12/2021
, , ,	Clientes mercado interno Clientes mercado externo Clientes partes relacionadas (-) Provisão para perda de crédito estimada	15	34.550 - 11.851 (3.012)	34.500 7.957 9.837 (3.144)



	9	
	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	42.478	49.134
Valores vencidos:		
Até 30 dias	754	21
Entre 31 e 90 dias	157	12
Entre 91 até 180 dias	-	13
Acima de 180 dias	3.012	3.113
Total	46.401	52.294

individual das contas a receber em aberto da Companhia e em experiências em vigor. A Companhia não prevê riscos relativos a não realização desses créditos tributários. passadas de inadimplência. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos. A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL a) Composição e movimentação do imobilizado e intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial de perdas Perdas baixadas	(3.144) 127	(3.332) 238
Reversões do exercício	139	-
Provisões do exercício Total da provisão para perda de crédito estimada	(134) (3.012)	(50) (3.144)
	, , ,	, , ,

7.E310Q0E3	
	31/12/2022
Matéria-prima	50.554
Produtos acabados	22.681
A los es conife de	2.454

76.324 55.670 Total estoques A movimentação da provisão de obsolescência em estoques está demonstrada no quadro abaixo

Provisão para obsoleso Reversão da provisão p Saldo final estoque obs 8. TRIBUTOS A RECUP	(52) 81 (362)	(391) 355 (391)		
	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2022	Circulante N 31/12/2021	Não circulante 31/12/2021
PIS COFINS	2.006 9.203	-	1.827 8.378	-
ICMS Saldo negativo IRPJ	26.179 3.030	177	17.152 -	140
Saldo negativo CSLL	1.134	-	040	-

Do saldo de PIS e COFINS do exercício de 2021, R\$ 1.440 e R\$ 6.631, respectivamente correspondem aos créditos de R\$ 5.793 e correção monetária de R\$ 2.278 referente ao tránsito em julgado cocrido em dezembro de 2021 referente ao processo da eliminação do ICMS na base de PIS e COFINS de março/2012 até

41.593

O prazo médio de recebimento na venda de produtos é de 37 dias (39 dias em 2021). São cobrados juros sobre as contas a receber a partir da data do vencimento compensações após a homologação e liberação pela Receita Federal do Brasil, corresponde a R\$1.390 de PIS e R\$6.401 de COFINS. Vide movimentação:

Saldo inicial
Composição das contas a receber de clientes é como segue:

Saldo inicial
Correcão monetária

Correção monetária Compensação (943) 7.791 Saldo final

Valores a vencidors
Valores vencidors:
Até 30 dias
Até 30 dias Até

31/12/2021 24.599 2.550 (391)

140

31/12/2022 31/12/2021

27.575

2 <u>1</u> 2)	Custo do imobilizado/ intangível/outros ativos	<u>Terrenos</u>	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações <u>e silos</u>	Móveis, utensílios e <u>informática</u>	<u>Veículos</u>	lmobilizado em <u>andamento</u>	Total Imobilizado	<u>Intangível</u>	Outros ativos	Total Imobilizado/ Intangível/ <u>Outros Ativos</u>
38 - 0) 4)	Saldo em 31/12/2020 Adições Baixas	1.418	14.145 1	31.090 414 (815)	27.333	1.535 272 (34)	106	207 13.579	75.834 14.265 (849)	365 109	4 (1)	76.203 14.374 (850)
	Transferências Saldo em 31/12/2021 Adições Baixas	1.418	81 14.226 249	310 30.999 237 (63)	53 27.386 - -	1.832 328 (21)	106	(509) 13.277 5.129	(6) 89.244 5.943 (84)	480 23	3	89.727 5.966 (84)
2	Transferências Saldo em 31/12/2022	1.418	1.587 16.062	8.709 39.882	5.371 32.757	438 2.577 Móveis ,	106	(16.116) 2.290 Imobilizado	(11) 95.092	11 514	3	95.609 Total Imobilizado/
1)	Depreciação/ amortização acumulada	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações <u>e silos</u>	utensílios e informática	<u>Veículos</u>	em andamento	Total <u>Imobilizado</u>	Intangível	Outros <u>ativos</u>	Intangível/ Outros Ativos
10 21	Saldo em 31/12/2020 Adições Baixas	- - -	(6.981) (796)	(18.695) (2.157) 539	(6.513) (753)	(708) (161) 17	(21) (13)	- - -	(32.918) (3.880) 556	(295) (38)	(4) - 1	(33.217) (3.918) 557
5) 1) 55	Transferências Saldo em 31/12/2021 Adições Baixas	-	(7.777) (877)	(20.313) (2.552) 22	(7.266) (867)	(852) (205) 10	(34) (13)	-	(36.242) (4.514) 32	(333) (67)	(3)	(36.578) (4.581) 32
• •	Transferências Saldo em 31/12/2022	-	(8.654)	(22.843)	(8.133)	(1.047)	(47)	-	(40.724)	(400)	(3)	(41.127)
	Imobilizado/intangível/ outros ativos líquidos Saldo em 31/12/2021 Saldo em 31/12/2022 b)Outras informações	1.418 1.418	6.449 7.408	10.686 17.039	20.120 24.624	980 1.530	72 59	13.277 2.290	53.002 54.368	147 114	:	53.149 54.482
	DJOULIAS IIIIOMIIAÇÕES											

b)Outras informações
Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment"): a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos na data do balanço. Ativos cedidos em garantia: A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 12.
O imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2021 refere-se as ampliações e aprimoramento de tecnologias de automação que buscam a melhoria contínua das condições de recebimento da soja nos sistemas de pré-limpeza, tombador e classificação, além disso, a construção de um novo silo de armazenagem para direcionamento mais efetivo dos grãos recebidos, visando maior agilidade competitividade no mercado local, buscando maior penetração nos produtores mais próximos à operação, que necessitam de rapidez para manter o fluxo de colheita e descarga no período de safra, e por fim, a modernização da caldeira, passando a operar com biomassa de cavaco de eucalipto, visando manter a disponibilidade de insumos. A conclusão deu-se no primeiro trimestre de 2022.
O imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2022 refere-se à automação do empacotamento da linha de produção da Proteína Texturizada de Soja (PTS), que visa otimizar o processo de envase das mercadorias, além de melhorias nos prédios da Companhia. Previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023.

10. FORNECEDORES			
Composição	<u>Nota</u>	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores terceiros Fornecedores partes relacionadas Total	15	13.556 5 13.561	16.559 16.559
11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS Composição	31/12/202	2	31/12/2021

177

922 5.106 1.901 127 3.399 1.296 92 5.115 Outros tributos 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS Taxa média anual 31/12/2022 31/12/2021

Passivo circulante
Finames BNDES
Total do circulante
Passivo não circulante
Finames BNDES 31/12/2021 Taxa média anual 31/12/2022 A Companhia possui financiamentos contratados com o BNDES que teve por finalidade a aquisição emáquinas e equipamentos, com liquidação prevista até junho/2023. A amortização junto ao BNDES é mensal em 120 (cento e vinte) parcelas com 24 (vinte e quatro) meses de carência com início em janeiro de 2012. Garantias

Os financiamentos são garantidos por máquinas e equipamentos objetos dos respectivos financiamentos, que em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 4.

CSLI

13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS
a) A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, e de acordo com a opinião de assessores jurídicos segue abaixo o montante das contingências classificadas como provável

como provavei.		
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	177	
Cíveis	380	380
Total	557	380

	<u>Provisões</u> <u>trabalhistas</u>	Provisões cíveis	<u>Tota</u> provisões
Saldo em 2020	55	380	435
Reversão da provisão	-	-	
Liquidação	(55)	-	(55)
Constituição de provisão	-	-	
Saldo em 31/12/2021	-	380	380
	<u>Provisões</u>	<u>Provisões</u>	<u>Tota</u>
	<u>trabalhistas</u>	<u>cíveis</u>	<u>provisões</u>
Saldo em 2021	-	380	380
Reversão da provisão	(69)	-	(69)
Liquidação	(30)	-	(30)
Constituição de provisão	276	-	276
Saldo em 31/12/2022	177	380	557

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS a) Considerações gerais - a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar e obrigações e estão contabilizados pelos seus valores de

	Ativos e Passivos Financeiros ao c	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	120.118	101.993
Contas a receber de clientes	43.389	49.150
Total	163.507	151.143
Passivos		
Fornecedores	13.561	16.559
Empréstimos e financiamentos	4	374
Total	13.565	16.933

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se às operações com as empresas controladoras, que exercem controle compartilhado e operaçõe parte relacionada indireta e suas subsidiárias.

_	•											
9				31 Parô e H	/12/2022	2			Parô e H	31/12/2021		
-	Balanço patrimonial:	<u>Nota</u>	Baldo S.A.		<u>Bremil</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	Baldo S.A.	Miguel	<u>Bremil</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
	Contas a receber	6	F 000		11.851	-	11.851	4.000	4.000	9.837	-	9.837
	Dividendos a pagar Fornecedores	16.b 10	5.022	5.022	-	5	10.044 5	4.839	4.839	- :	- :	9.678
	Demonst. do result. do exercício Vendas de produtos Compras/Despesas	17	19 39	:	82.175 773	64	82.194 876	3.916 63	:	85.374 2.112	44	89.290 2.220
	A Companhia realiza com a parte r soja com base em preços definidos As rubricas com a controladora Ba	em con Ildo cara	itrato entre as acterizam-se p	partes. Os	movime	entos com	a parte relacio	onada indireta	HMM caract	erizam-se pela	as despesas d	le aluguéis.

caracterizam-se pela distribuição de dividendos.
Foi pago durante o exercício de 2022, a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios), o montante de R\$ 904 (R\$105 em 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

b)Reservas de lucros
(i) Reservas de incentivos fiscais:
A Companhia é beneficiária de subvenções e assistências governamentais, a quais encontram-se registradas em conformidade com o pronunciamento CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.
A reserva de incentivos fiscais refere-se a:
a. Incentivo de uma área de terrenos de R\$240, no qual a Companhia está instalada originado no início das atividades.

Correcão monetária processo judio

para a reserva de incentivos fiscais

(ii) Reserva legal: constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 se refere a 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital A despesa de imposto de renda e contribuição social para o exercício encerra (iii) Dividendos: com base no resultado do exercício de 2022, ajustado nos despesa de legislação societária foi apropriado dividendos no montante de conforme segue:

(m) Dividentos: Com base no resultado do exercicio de 2022, ajustado nos termos da legislação societária, foi apropriado dividendos no montante de R\$ 10.044 (R\$9.678 em 2021). Nos termos do Estatuto Social, será atribuído em cada exercício, um dividendo mínimo de 25%, do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos da lei, ou a retenção de todo lucro. A Companhia não realiza nenhum outro ajuste na base de cálculo dos dividendo salém dos expressamente estabelecidos no art. 202 da Lei 6.404. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

dividendo minimo obrigatorio pode ser assim demonstrado	
Lucro Iíquido	61.890
Reserva legal - 5%	(3.095)
Reserva de incentivos fiscais	(18.615)
Base de cálculo - dividendos obrigatórios	40.180
Dividendos obrigatórios - 25%	10.044
Dividendos por ação (R\$ por ação)	0,06

()		3
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Iíquido	61.890	54.678
Número de ações ordinárias	160.000	110.000
Resultado líquido por ação (R\$ por ação)	0,39	0,50

	<u>Nota</u>	31/12/2022	31/12/2021
Receita de vendas mercado interno		495.573	356.517
Receita de vendas p/ partes relacionadas	15	82.194	89.290
Receita de vendas mercado externo		50.643	79.613
Prestação de serviços		116	81
Total receita bruta		628.526	525.501
Devoluções/abatimentos		(10.210)	(11.553)
Tributos incidentes sobre vendas		(14.138)	(23.021)
Total das deduções da receita bruta		(24.348)	(34.574)
Total da receita líquida de vendas		604.178	490.927
	Receita de vendas p/ partes relacionadas Receita de vendas mercado externo Prestação de serviços Total receita bruta Devoluções/abatimentos Tributos incidentes sobre vendas Total das deduções da receita bruta	Receita de vendas mercado interno Receita de vendas p/ partes relacionadas Receita de vendas mercado externo Prestação de serviços Total receita bruta Devoluções/abatimentos Tributos incidentes sobre vendas Total das deduções da receita bruta	Receita de vendas mercado interno 495.573 Receita de vendas p/ partes relacionadas 15 82.194 Receita de vendas mercado externo 50.643 Prestação de serviços 116 116 Total receita bruta 628.526 Devoluções/abatimentos (10.210) Tributos incidentes sobre vendas (14.138) Total das deduções da receita bruta (24.348)

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Segue abaixo a composição dos custos e despesas por natureza conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do

a Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Companhia é de R\$160.000

Em 31 de dezembro de 2021, dividido em 160.000 mil ações ordinárias nominativas, todas
(R\$110.000 em 2021), dividido em 160.000 mil ações ordinárias nominativas, todas
no valor nominal de R\$1 (um real) cada uma.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária em 26 de abril de 2022, os Despesas com pessoal
acionistas aprovaram a integralização de capital social em R\$50.000 com recursos
provenientes da reserva de incentivos fiscais em R\$ 7.912 e com recursos
provenientes das reservas de lucros em R\$ 42.088, transações estas que não
afetaram o caixa.

Impostos e exacs
Outros

Outros

Outros 2021 (381.244 (468.385 (2.495; (4.549) (15.007) (25.881) (3.538) (1.002) (3.808) (524.665) (484.191) (30.326) (10.148) (524.665) (381.244 (2.113 (3.880) (11.356 (15.633 (4.046 (1.128 (2.070) (421.470 (394.345 (20.230 (6.895 (421.470 Depreciações e amortizaç Despesas com pessoal Despesas com transporte Despesas com transporte Despesas comerciais Impostos e taxas Outros Total

2021 2.278 2.240 2022 663 4.672 791 101 6.227 (5) (123) (128) 1.933

9	Reconciliação do IR/CS	<u>Nota</u>	de 2022	de 2021
1	Lucro líq. antes do imposto de renda e da contrib. social Alíquota básica de impostos		87.389 34%	80.218 34%
3	Despesas fiscais à alíquota básica (Adicões) exclusões permanentes:		(29.712)	(27.274)
	Subvenções governamentais - Incentivo do Produzir	8	269	655
	Correção monetária subvenção para investimento IRCS subvenção para investimento	8	3.373	
	Correção monetária processo judicial ICMS base PIS/COFINS Outros		225 346	775 304
	Imposto de renda e contrib. social no result. do exercício Corrente		(25.499) (25.863)	(25.540) (25.142)
	Diferido		364	(398)
	A alíquota utilizada nas conciliações é de 34%, devi	ida pel	as pessoas	s iurídicas

- 1	a caixa e equivalentes de caixa, contas a recebe	r de clientes, fornecedores, empréstimo	os e financiamentos.	Dividendos obrigatorios - 25%			10.044	Bilondo				(000)
- 1	outras contas a receber e outras contas a pagar			Dividendos por ação (R\$ por ação)			0.06	A alíquota utilizada nas concilia				
- 1	mercado ou próximos ao valor de mercado.						-,	no Brasil sobre os lucros tributár				
- 1	b)Valor de mercado - considerando a natureza	a, o prazo e as características dos instru	imentos financeiros	Em 2022, por meio de Assembleia Geral Or								
- 1	os valores contábeis se aproximam dos valores			de 2022, do valor de R\$ 9.678, destinado e	em 2021	, foi decidida a	aprovação de	diferidos, constituídos às alíqu	otas nominais	sobre dif	erenças (de taxas de
- 1	A Companhia avaliou seus ativos e passivos em		ização, por meio de		estinação	de R\$ 1.884 pa	ara a Réserva	depreciação e demais diferenças	temporárias, e	está descrita	a seguir:	
	informações disponíveis e metodologias de ava										•	
- 1	a interpretação dos dados de mercado quanto a			Em 2021, por meio de Assembleia Geral Or	dinária e	Extraordinária e	em 29 de abril		Exercício Rec			
	julgamento e razoáveis estimativas para produzi			de 2021, do valor de R\$ 5.812, destinado e				Diference town outside attrice	2022 no	<u>Resultado</u>	2021	<u>no Resultado</u>
- 1	c) Fatores de risco que podem afetar os negó			pagamento dos dividendos de R\$ 554 e dest			Donation of the	Diferences terriborarias ativas	1.383	(227)	1.710	740
- 1			laasa na nuasa daa	Lucros e o valor remanescente de R\$29.033				Provisões temporárias Total	1.383	(327) (327)	1.710	740 740
	Risco de preço das commodities: esse risco es	sta relacionado a possibilidade de oscil	iação no preço dos	(iv) Reserva de lucros: refere-se aos lucro				iotai	1.303	(327)	1.7 10	740
- 1	produtos que a Companhia vende ou no preço da	as materias-primas e demais insumos uti	ilizados no processo	exercícios anteriores e do exercício de 2022		illuluoo pola oc	inpanna noo	Diferenças temporárias				
- 1	de produção. A maior parte da proteção contra a		c realizada poi melo	() D II . I II . I		netrado a coquir		passivas				
	de vendas antecipadas diretamente com os clier	ntes, bem como compras antecipadas o	diretamente com os	(v) Nesultado por ação. O resultado por ação	e dellio	i isti auo a seguii		Diferenças de tx de depreciação	(4.460)	601	(F 160)	(4 120)
- 1	fornecedores.				31/12	2/2022	31/12/2021	Total	(4.469) (4.469)	691 691	(5.160) (5.160)	(1.138) (1.138)
- 1	Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da p			Lucro líquido		31.890	54.678	Iotai	(4.403)	091	(3.100)	(1.130)
	por conta de flutuações nas taxas de juros que	são aplicadas aos seus passivos ou a	ativo (aplicações) no					Total diferenças temporárias	(3.086)	364	(3.450)	(398)
- 1	mercado. Para minimizar possíveis impactos adv		a adota a política de	Número de ações ordinárias	16	0.000	110.000		(0.000)			, ,
- 1	diversificação, alternando a contratação de suas d			Resultado líquido por ação (R\$ por ação)		0.39	0.50				<u>aldo</u>	<u>Saldo</u>
- 1	Risco de crédito: A política de vendas da Companhi			r tooditado rigardo por agao (r to por agao)		0,00	0,00			31/12/2	<u> 2022</u>	31/12/2021
- 1	sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação	o de sua carteira de recebíveis, a seletivida	ade de seus clientes,	17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SER	VICOS			Impostos de renda diferidos		(2.1	269)	(2.537)
	assim como o acompanhamento dos prazos de fi	inanciamento de vendas e limites individo	uais de posição, são	Segue abaixo a conciliação entre a recei-	a bruta	e a receita ap	resentada na	Contribuições sociais diferidas			817)	(913)
- 1	procedimentos adotados a fillide minimizar event	iuais problemas de madimplemda em sua	is contas a recepci.	demonstração de resultado do exercício:				Passivo de impostos e contribui	icões diferidor		086)	(3.450)
	Risco de liquidez: É o risco de a Companhia r	não possuir recursos líquidos suficiente	es para honrar seus	aomene ague de recultado de exercicio.				•		,	300)	(0.400)
- 1	compromissos financeiros, em decorrência de des	scasamento de prazo ou de volume entre	e os recebimentos e		<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	22. OUTRAS RECEITAS (DESP	ESAS) LÌQUIC	AS		
	pagamentos previstos. Para administrar a liquidez			Receita de vendas mercado interno		495.573	356.517				Note 2	2022 2024
- 1	premissas de desembolsos e recebimentos futuro	s, sendo monitoradas diariamente pela á	rea financeira.	Receita de vendas p/ partes relacionadas	15	82.194		Valor principal PIS/COFINS sob	re processo i	ıdicial	Nota 2	2022 <u>2021</u> - 5.793
- 1	Atualmente a Companhia está exposta aos com	npromissos financeiros dos empréstimo	os e financiamentos		10		70.040	Ressarcimento de seguros	ic processo je	dicial		150 140
- 1	apresentados na nota explicativa nº 12.			Receita de vendas mercado externo		50.643	79.613	Resultado na venda de imobiliza	ado			- 125
	d)Instrumentos financeiros por categoria			Prestação de serviços		116	81	Outras	200			615 583
- 1	Síntese dos instrumentos financeiros por catego	oria.		Total receita bruta		628.526	525.501	Outras receitas				765 6.641
-	1 3							Outras				(28) (142)
-	<u>Ativos</u>	e Passivos Financeiros ao custo a		Davidue Zee/ahatimantaa		(40.240)	(44 EEQ)	Outras (despesas)				(28) (142) (28) (142) 737 6.499
-	1	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	Devoluções/abatimentos		(10.210)	(11.553)	Total outras receitas (despesas)	líquidas			737 6.499
	Ativos			Tributos incidentes sobre vendas		(14.138)	(23.021)					
	Caixa e equivalentes de caixa	120.118	101.993	Total das deduções da receita bruta		(24.348)	(34.574)	DIRETORIA		ĺ		ļ

Alaidete Brenner Miguel Presidente - CPF/MF: 398.635.730-00 CONTADORA Maísa Schuh Fischer adora CRC/RS 0915430/P-Ricardo Alves de Moraes Diretor Industrial - CPF/MF: 359.304.540-00 CPF/MF: 004 928 230-14

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Gomil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios
Opinião
Carainamos as demonstrações financeiras da Goemil S.A. Indústração e responsável pela elaboração e adequada aprodutos Alimentícios ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas a contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que bristale indemonstrações foresultado, do resultado abarnagente, das mutados com bases data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principiais políticas contábeis.

Em nosas opinião, as demonstrações financeiras inves de distorção relevante, independente, em todosocas pectos elevantes, aposição-patrimo- nale financeira da Goemils S.A. Indústriade Produtos Alimentícios em companhia de acepacidade de continuidade operacional e o sus exercícios profissos de ademonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opinião, as demonstrações financeiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento incluir modificação em nosas opiniãos, os demonstrações financeiras internacionais de auditoria exercemos julgamento incluir modificação em nosas opiniãos, os demonstrações financeiras internacionais

de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem da base contábil de continuidade operacional e, com base nas auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração pela elaboração e adequada apredemonstrações financeiras.

A demonstrações financeiras.

Mulher acusada de golpe de R\$ 720 milhões contra mãe é solta no Rio

A Justiça do Rio concedeu liberdade provisória a Sabine Boghici, presa em agosto no ano passado após ser acusada de participação em um golpe milionário contra a própria mãe. Na ocasião, ela e mais cinco pessoas, incluindo suspeitas que se diziam videntes, foram alvo de uma operação da polícia que apurou desvios de dinheiro e de obras de arte estimados em mais de R\$ 720 milhões. A decisão é do juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da 23ª Vara Criminal. O magistrado considerou que Sabine não é "pessoa de alto grau de periculosidade". Entre os crimes pelo quais ela e os demais acusados respondem estão estelionato, extorsão, roubo majorado, sequestro e cárcere privado - todos eles considerados "crimes continuados", alguns por até 40 vezes. Sabine havia sido presa em agosto do ano passado e teve a preventiva confirmada no mês seguinte. A decisão que concede liberdade provisória é de terça-feira, 14. A atriz terá que cumprir medidas cautelares. Elas incluem comparecimento mensal em juízo, proibição de deixar o Rio por mais de dez dias e de manter contato com a vítima e demais testemunhas. Ela também está proibida de se aproximar da mãe - deverá manter distância de pelo menos 500 metros - e terá de entregar o passaporte. Outra envolvida no caso, Rosa Stanesco Nicolau - uma das falsas videntes - teve a liberdade provisória negada pela Justiça. Segundo o juiz, Rosa "ostenta várias outras anotações (criminais), demonstrando possuir habitualidade em cometer crimes, razão pela qual sua custódia cautelar se mostra necessária como garantia da ordem pública, evitando-se a reiteração delituosa". A operação que levou Sabine e os demais à prisão foi realizada pela Polícia Civil em 10 de agosto do ano passado. Sabine foi acusada de subtrair 16 obras de arte da própria mãe, que incluíam peças de Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. Só um dos quadros,

Sol Poente, de Tarsila, foi ava-

liado em R\$ 250 milhões. (AE)

MTST pede que Prefeitura de São Paulo desaproprie terrenos

DANIEL MELLO AGÊNCIA BRASIL

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) está acampado - desde a última terça-feira (14) - em frente ao prédio da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital. Seus integrantes reivindicam a desapropriação de dois terrenos ocupados na zona sul da cidade.

Segundo a coordenadora nacional do MTST, Debora Lima, à época da gestão do então prefeito Bruno Covas (falecido em 2021), o executivo municipal se comprometeu a destinar as áreas para moradia popular.

"O nosso movimento tinha acordos tratados desde a gestão de Bruno Covas, confirmados e apalavrados pelo [atual prefeitol Ricardo Nunes em 2021. Estavam dando andamento e, do nada, no início do ano, pararam o prosseguimento dos acordos com o movimento", disse Debo-

Tempo de espera

Em um dos terrenos, onde está a ocupação Nova Palestina, vivem cerca de 2 mil famílias. "Nós estamos com famílias esperando uma saída habitacional há mais de dez anos. A gente tinha a perspectiva que isso ia acontecer por conta dos acordos que o movimento tinha com a prefeitura. E do nada, fomos pegos de surpresa, com o Ricardo Nunes deixando de prosseguir com esses acordos", salientou a a representante do

Em 2014, o movimento conseguiu convencer a prefeitura a mudar a destinação do terreno, que previa a implantação de um parque para que a área pudesse receber moradia popular.

Estão na ocupação em frente à prefeitura, aproximadamente 350 pessoas em esquema de revezamento, segundo Debora. "O pessoal trabalha, precisa cuidar dos filhos. Então, estamos em uma espécie de revezamento", acentuou.

A expectativa do movimento é receber uma resposta da prefeitura sobre as desapropriações até sexta-feira (17). A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo e aguarda posicionamento sobre a manifestação e as demandas do movimento.

O outro lado

A prefeitura de São Paulo, por meio de nota, informou que representantes do movimento foram recebidos na quarta-feira (15) pelos secretários de Habitação, do Verde e Meio Ambiente e da Casa Civil. "Na ocasião, eles reiteraram que a prefeitura mantém diálogo permanente com os movimentos de moradia para tratar de demandas e projetos relacionados às organizações", disse o comunicado.

A administração municipal afirmou que liberou "recentemente" R\$ 40 milhões para implementação do conjunto habitacional Copa do Povo, em uma área ocupada pelo MTST há cerca de 10 anos na zona leste de São Paulo. O projeto tem parceria com o governo federal.

A Secretaria Municipal de Habitação afirmou ainda que, desde 2017, entregou 21 mil moradias em parceria com os governos estadual e federal. Além disso, no período foram disponibilizadas pela iniciativa privada, com incentivo da administração municipal, 14,3 mil unidades.

Por fim, a secretaria informou que lançou edital para a compra de 40 mil unidades habitacionais e vai financiar 14 mil moradias para serem construídas por organizações da socie-

Rio Grande do Norte tem terceira noite de ataques e serviços públicos param

RICARDO ARAÚJO ESPECIAL PARA A AE

Com o número crescente de cidades com ataques criminosos ordenados por líderes de uma facção criminosa, o Rio Grande do Norte viveu mais uma madrugada de terror.

A terceira desde o início do que está sendo descrito como atos terroristas.

Serviços públicos básicos pararam. Incêndios em depósitos de pneus para reciclagem, automóveis e ônibus privados, máquinas agrícolas e transportes escolares não foram evitados mesmo com a chegada de parte da tropa estimada em 220 homens da Força Nacional, enviados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na terça-feira, 14, após pedido da governadora Fátima Bezerra

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed/RN) acredita que as ordens para as ações criminosas partiram da Penitenciá-

ria Estadual Rogério Coutinho Madruga, na Grande Natal, onde cumpria pena José Kemps Pereira de Araújo, um dos fundadores e líderes do Sindicato do Crime (SDC), facção criminosa criada a partir de uma racha na célula local do Primeiro Comando da Capital (PCC) há pouco mais de uma década.

Com a nova onda de ataques registrada na capital e cidades do interior, prefeitos anunciaram a suspensão de serviços públicos em Unidades Básicas de Saúde, Escolas e transporte público. Em Caicó, no Seridó potiguar, a Câmara de Vereadores foi alvo de tiros durante a madrugada desta quinta-feira,

O expediente e eventos previstos foram suspensos. A prefeitura fechou escolas, ginásios de esportes e bibliotecas. No município vizinho, Coronel Ezequiel, a população ficou amedrontada com os ataques na garagem oficial da prefeitura. "Perdemos três ônibus escolares, duas caçambas, um com-

pactador de lixo, dois tratores com grade, um carro da Secretaria de Obras, uma retroescavadeira e a Patrol está quase perdendo um veículo", relatou o prefeito Cláudio Marques.

Na tarde da quarta-feira, 15, átima Bezerra chegou a anunciar o retorno do transporte público às ruas de Natal e cidades vizinhas com apoio da Polícia Militar e Força Nacional.

Ao longo da noite, porém, novos ataques foram registrados contra ônibus e micro-ônibus. Na manhã desta quinta-feira, minutos após sair da garagem, um ônibus da empresa Conceição foi incendiado e as empresas decidiram recolher a frota integralmente. As ruas de Natal estão desertas e a população, amedrontada.

Os serviços de educação, saúde e coleta de lixo estão suspensos. Muitos trabalhadores não conseguiram chegar aos seus locais de trabalho. O número de cidades com registros de atos criminosos ordenados passou de 30.

Polícia não indicia Thiago Schutz por ameaça contra atriz: 'menor potencial'

A Polícia Civil de São Paulo encaminhou o caso à Justiça, mas não indiciou o influenciador Thiago Schutz, que ficou conhecido como "Calvo do Campari", pelas acusações de ameaça contra a atriz e humorista Livia La Gatto, conforme informou a Secretaria de Segurança Pública (SSP) ao Estadão nesta quinta-feira, 16. O caso ganhou repercussão após a atriz expor as mensagens recebidas de Thiago Schutz. O influenciador, que virou meme nas redes sociais após viralizar com um vídeo em que exemplifica suposta manipulação de uma mulher que oferece cerveja a um homem que bebe Campari - daí o apelido "Coach do Campari" ou "Calvo do Campari" -, se ofendeu com um vídeo da artista. Sem citar o nome dele, a sátira ironizava homens que propagam machismo e misoginia (ódio contra as mulheres). Depois, Schutz mandou a seguinte mensagem para a atriz no Instagram: "Você tem 24 horas para retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso é processo ou bala. Você escolhe". Livia La Gatto representou criminalmente contra o influenciador e foi ouvida pela Polícia Civil de São Paulo, que abriu inquérito no 27º Distrito Policial. Na sexta-feira, 10, a defesa de Schutz informou ao Estadao que ele ja navia prestado depoimento. Nas redes sociais, ele disse ter sido mal interpretado e ser incapaz de atirar em alguém. Foi também na sexta que a polícia diz ter encaminhado o caso ao Poder Judiciário. Informou ainda não ter indiciado o investigado "por se tratar de crime de menor potencial ofensivo" (que são aqueles cuja pena máxima é de até dois anos, como é o caso dos crimes de ameaça de lesão corporal leve, por exemplo). O Tribunal de Justiça de São Paulo apenas disse à reportagem que o "caso tramita em segredo de Justiça". (AE)





Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Relatório da Administração 2022

Introdução: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO. A Companhia possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 11.282 mil veículos equivalentes pagantes em 2022. A receita líquida atingiu R\$880,7 milhões em 2022. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$107,0 milhões em 2022. O EBITDA ajustado² totalizou R\$25,8 milhões em 2022 e a margem EBITDA

Destaques (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Volume de tráfego1	11.282	-	n.m.
Tarifa Média	10,35	-	n.m.
Receita líquida	880,7	19,5	n.m.
EBITDA Ajustado ²	25,8	(11,5)	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ²	24,1%	n.m	n.m.
Capex	875,2	442,0	98,0%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 8.989 mil veículos pesados. A Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2022	2021	Var.
Leves	2.293	-	n.m.
Pesados	8.989	-	n.m.
Total	11.282	-	n.m.

Nota: Veiculo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de adactoritato de concessão. Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$10.35 em Tarifa Média (em R\$) Ecovias do Araguaia

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2022

	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$) - Vigente em 31/12/2022										
	Categoria de veículo										
Pça.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,30	16,60	12,45	24,90	16,60	33,20	41,50	49,50	58,10	66,40	4,15
P2	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P3	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P4	10,60	21,20	19,65	31,80	21,20	42,40	53,00	63,60	74,20	84,80	5,30
P5	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P6	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P7	14,20	28,40	21,30	42,60	28,40	56,80	71,00	85,20	99,40	113,60	7,10
P8	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55
P9	13,10	26,20	19,65	39,30	26,20	52,40	65,50	78,60	91,70	104,80	6,55

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$890.4 milhões em 2022. As deducões sobre 1 Cálculo realizado de acordo com a Resolucão CVM nº 156. de 23 de junho de 2022. a receita bruta somaram R\$9,7 milhões. Receita de Pedágio: R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022; **Receita de Construção:** R\$773,7 milhões em 2022, devido ao maior volume de obras no período.

(em milhões de R\$)	2022	2021	Var.			
Receitas de Pedágio	116,7	-	n.m.			
Receita de Construção	773,7	19,5	n.m.			
Total	890,4	19,5	n.m.			
O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório,						

ntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$909,9 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2022.

projetos associados desde o líncio da concessat	o ale or de de	Zerribro de	2022.
Receita Bruta (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Receitas de Pedágio	116,7	-	-
Receita de Construção	773,7	19,5	-
Total	900.4	10.5	

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$877,2 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$81,2 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Pessoal	16,4	2,5	n.m.
Conservação e manutenção	2,8	0,0	n.m.
Serviços de terceiros	39,5	4,8	n.m.
Seguros, Poder Concedente e Locações	15,5	3,5	n.m.
Outros	7,1	0,7	n.m.
Custos caixa	81,2	11,5	n.m.
Depreciação e amortização	22,3	0,1	n.m.
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	773,7	19,5	n.m.
TOTAL	877.2	31.1	n.m.

Pessoal: R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,8 milhões devido às despescom salários, benefícios e encargos incorridas pelo início das atividades operacionais; Conservação e manutenção: R\$2.8 milhões em 2022, devido, principalmente, às as com limpeza manual e material de sinalização; Serviços de terceiros: R\$39.5 milhões em 2022, aumento de R\$34,7 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ılâncias, resga locações: R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em função principalmente, da taxa de fiscalização e locação de veículos leves; **Outros**: R\$7,1 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos pesados, água e luz; Depreciação e amortização: R\$22,3 milhões em 2022, aumento R\$ 22,2 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação; e Custo de construção: R\$773,7 milhões em 2022, aumento R\$754,2 milhões, devido ao maior volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da início da concessão. O valor acumulado de R\$908,3 milhões corresponde aos custos e

despesas operacionais desde o inicio da concessa	o ate 31 de	e dezembro	de 2022.
Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Custos	877,2	31,1	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativo nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. EBITDA: Em 2022, o EBITDA totalizou R\$25,8 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$25,8 milhões, aumento de 37,3 p.p. em relação

a 2021 e margem EBITDA ajustada de 24,1%.			
EBITDA (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Lucro líquido do período	18,7	0,8	n.m.
Depreciação e amortização	22,3	0,1	n.m.
Resultado Financeiro	(25,1)	(12,8)	95,5%
Imposto de renda e contribuição social	9,9	0,4	n.m.
Receita de Construção	773,7	-	n.m.
Custo de Construção	(773,7)	-	n.m.
EBITDA ¹	25,8	(11,5)	n.m.
Margem EBITDA ¹	3,1%	n.m	n.m.
Provisão para manutenção ²	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado ³	25,8	(11,5)	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ³	24,1%	n.m.	n.m.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia. ³ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido em 2022 foi positivo em R\$25,1 milhões, aumento de 95,5% em relação aos R\$12,8 milhões em 2021 em função do maior volume de receitas sobre aplicações financeiras

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2022	2021	Var.
Juros sobre Debêntures	(21,3)	-	n.m.
Variação monetária sobre debêntures	(3,3)	-	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,6)	-	n.m.
Juros Capitalizados	7,9	-	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	46,8	13,5	n.m.
Outros efeitos financeiros	(4,5)	(0,7)	n.m.
TOTAL	25,1	12,8	95,5%

Lucro do Exercício: Em 2022, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$18,7 milhões, aumento de R\$17,9 milhões em relação a 2021.

Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias do Araguaia encerrou o

exercício de 2022 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo de R\$211,8 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, no valor de R\$609,0 milhões, sendo 96,6% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$397,2 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas

Explicativas nº 13, 14 e 17 das Demonstraçõe	es Financeiras.		
Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2022	31/12/2021	Var.
Curto Prazo	20,8	-	n.m.
Debêntures	20,8	-	n.m.
Longo Prazo	588,2	-	n.m.
Debêntures	588,2	-	n.m.
Dívida Bruta¹	609,0	-	n.m.
Obrigações com Poder Concedente	1,0	0,9	8,7%
Passivo de Arrendamento	41,6	-	n.m.
Endividamento Bruto	651,6	0,9	n.m.
Caixa e equivalentes de caixa	211,8	419,5	-49,5%
Endividamento Líquido	439,8	(418,6)	n.m.
Dívida Líquida ¹	397,2	(419,5)	n.m.

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$875,2

	2022					
CAPEX (em milhões de R\$)	Intangivel/ Imobilizado		lanutenção/ Construção	Total		
Ecovias do Araguaia	874,6		0,5	875,2		
CAPEX (em milhões de R\$)	2022	2021	2020			
Hardware e equipamentos de pedági	70,4	2,1	-			
Máquinas e equipamentos/móveis e u	utensílios	10,8	0,1	-		
Contrato de concessão		114,0	385,1	-		
Intangível em andamento	675,7	54,6	-			
Software de terceiros	4,1	0,2	-			
Total		875,2	442,0	-		

concessão.			
Investimentos (em milhões de R\$)	2022	2021	Acumulado até 2020
Intangível	793,9	439,8	-
Imobilizado	81,3	2,2	-
Total	875,2	442,0	

Valor Adicionado: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$31.9 milhões, isto é, 3,6% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 49,1 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi negativo de R\$8,9 milhões e a representatividade de (-45,5%).

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.			
Valor adicionado líquido	31,9	(8,9)	n.m.			
Receita operacional bruta	890,4	19,5	n.m.			
Representatividade	3,6%	-45,5%	49,1 p.p.			
O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2022 foi de						

ISS - Imposto Sobre Serviço 5,4

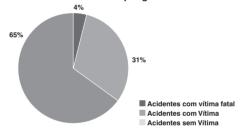
Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercícic ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O valor de R\$182 mil

pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022. O saldo de dividendos no valor de R\$4.434 mil, registrado no passivo circulante refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, a depender de deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária. **Planejamento e** Gestão empresarial: O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2022, a Companhia manteve a certificação na ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade. Esse sistema tem certificação na ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade. Esse sistema tem como objetivo a melhoria continua a partir de seus princípios fundamentais: * Foco no cliente; * Liderança; * Abordagem do processo; * Melhoria; * Tomada de decisão baseada em evidência; * Gestão de relacionamento. **Recursos Humanos**: Em 2022, a Concessionária investiu R\$19,2 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a

analise.		
Funcionários alocados	na concessão	
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Analista Planejamento Obras	2	0,13
Auxiliar Sistema Rodoviário	18	1,13
Controlador CCO	4	0,25
Controlador Sistema Rodoviario	17	1,07
Coordenador Conservação	1	0,06
Coordenador Operações Rodoviarias	2	0,13
Engenheiro PL	1	0,06
Fiscal Faixa de Domínio	2	0,13
Operador Pedagio	206	12,97
Operador Trafego	42	2,64
Operador CCO	8	0,50
Supervisor de Sistema Rodoviário	3	0,19
Supervisor de Tráfego	2	0,13
Técnico em Engenharia	2	0,13
Técnico em Segurança do Trabalho	2	0,13
Total de Pessoal - Operacional	312	19,64
Analista/Assistente	10	0,63
Coordenador RH/Sustentabilidade/ Jurídico/Comunicação	4	0,25
Gerência/Diretoria	3	0,19
Total de Pessoal - Pedágio	17	1,07
Total de Pessoal - Concessionária	329	20,71
Indicadores Operacionais: Segurança no Trân	sito: Acidentes	Os gráficos apresentar

os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterio

Percentual de acidentes por gravidade em 2022



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão						
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km				
Viatura de inspeção	11	1,3				
Guincho Leve	10	1,2				
Guincho Super Pesado	4	0,5				
Caminhão Pipa	4	0,5				
Caminhão Boiadeiro	4	0,5				
Ambulância Simples	16	1,9				
UTI	4	0,5				
Total de veículos operacionais	53	6,2				
Administração	2	0,2				
Pedágio	3	0,4				
Engenharia	8	0,9				
Conservação	3	0,4				
Tráfego	3	0,4				
Manutenção	6	0,7				
ANTT	2	0,2				
Total de veículos de apoio	27	3,2				
Total de veículos aplicados na concessão	80	9,4				
Canasasianária am números						

Dados anuais e por empresa	Referência		
Número de quilômetros mantidos	850,7 km		
	Classe 01: 2.198.470		
	Classe 02: 364.251		
	Classe 03: 0		
	Classe 04: 652.455		
	Classe 05: 306.412		
	Classe 06: 202.892		
	Classe 07: 164.127		
	Classe 08: 344.923		
	Especial 7D: 164.127		
Número de veículos que transitaram	Especial 8D: 344.923		
Quantidade por tamanho (leve, mais	Especial 9D: 78.449		
de dois, mais de três eixos)	Catesp 9: 125.793		
	Catesp 10: 103		
	Moto: 0		
	Semi Reboque: 34.485		
	Reboque: 4.988		
	Önibus 2 eixos: 0		
	Önibus 3 eixos: 0		
	Ônibus 4 eixos: 0		
	Especial: 0		
	Dummy: 2		



The content	<u>um</u>								SEXTA-FEIRA, 17	DE MARQ	ÇO DE 2	023 29
Second S							٥/	~	T			
The part 1965 196	Dados anuais e por empresa Tarifa		Detalhadas no	item - Tarifa	2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL			88	
The content of the	Número de praças de pedágio Índice de congestionamento		cidade média d	de veículos			1%	0%			- 129	
Company	Trânsito Médio Diário Equivalente Trânsito médio anual equivalente										48 -	
The state of the part			lança, Maquin	aria, etc.					Total de COFINS recolhidos no período		-	
The content would be companied by the content would be	Índices de qualidade de estrada Receita de pedágio em 2022		lhões						•		5.419	
Mary	Custos associados às receitas				Participação nos lucros ou resultados				exercício da cidadania empresarial	İ		
The content and property of the content of the co	Fator Trabalho	220 funcions	ários		Total - Indicadores sociais internos				remuneração na Concessionária			
March Marc	Despesas com pessoal em 2022					R\$ mil	FPB	RL		(
Second Content	Despesas de depreciação em 2022				Cultura		0%	0%		(X) direction () todos	ção e gereno os colabora	ciais dores
March Marc	Ativo líquido Ativo bruto	R\$ 3.833,4 r	nilhões		Esporte	-	0%	0%				
Company Comp	Série histórica de investimentos até 2022 Custo de oportunidade de capital em 2022		milhões		Outros	-	0%	0%	·	() todas (odos + CIPA	1
Security of the Control of the Contr	Fatores Intermediários Despesas de administração em 2022	R\$ 21 7 milh	nões		Tributos (Exceto encargos sociais)	-	0%	0%	de negociação coletiva e a representação			
Part	Despesas com manutenção em 2022	R\$ 2,8 milhô	ies			-	0%	0%				da OIT
The stands Section S	Seguridade					442	3%	0%	A previdência privada contempla	() direç	ão e gerend	
Company Comp	Quantidade de acidentes	Com feridos	: 359		projetos externos				A participação pos lugres ou recultodos	-		dores
Company Comp	Indicadores	Com mortos	: 49			<u> </u>						
Company Comp	Tarifa média Custo por veículo ou km				para minimizar resíduos, o consumo em	() C	umpre de 0 a 5	50%				
Mary	Fator Capital		×		eficácia na utilização de recursos, a				social e ambiental adotados pela			
Mary	Ativo líquido	R\$ 211,8 mi	lhões		5 - Indicadores do corpo funcional		200		Quanto a participação de colaboradores			re e
Part	Série histórica de investimentos até 2022	R\$ 1.317,2 r					% até seis mes			(X) orga	niza e incer	
Company	Custo de oportunidade de capital em 2022 Fatores Intermediários	8,47%				5% ei	ntre um e dois	anos	% de reclamações e críticas solucionadas	1,0%	no PROCO	N
The state	Despesas de administração em 2022 Despesas com manutenção em 2022						mais de cinco		Valor adicionado total a distribuir	0,2%	% na Justiça	1
The content properties 1	Outras despesas											
March					Nº de colaboradores terceirizados		-		Distribulção do valor Adicionado	20,7%	colaborado	res
March Marc					Nº de colaboradores com até 18 anos		- 111			Independentes	: Informan	nos que a
The part	Indicadores Tarifa média				Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos		214		dos seguintes serviços em 2022: Auditoria o	las demonstraçõ	es financeir	as de acordo
Section Sect	Custo por veículo ou km Balanco Social	R\$ 9,17			N° de mulheres que trabalham na				Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informaçõe	s Contábeis Inte	rmediárias 1	Trimestrais de
Company Comp		V			% de cargos gerenciais ocupados		50,0		intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Inf	ormações Interm	ediárias Exe	ecutadas pelo
Part	Faturamento Bruto	, i	890.376		Remuneração paga a mulheres no período							,
The Company of the Co	Resultado Operacional (RO)		3.521		Concessionária		147					endentes para
Second Part	Folha de pagamento bruta -				por negros		-		Declaração da Diretoria: A Diretoria da C	oncessionária Ed	covias do A	
Marchago Second power Second p	Folha de pagamento bruta - Total pago				ou necessidades especiais		16 838		2022, que revisou, discutiu e concordou (i)	com o conteúdo	e opinião	expressos no
Part	2 - Indicadores sociais internos				Total de horas extras pagas				demonstrações financeiras do exercício socia	ıl findo em dezen	nbro de 202	
The content	Alimentação									,		
Many of the control	Balanço		levantado em	31 de Dezem	bro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais							ezembro de
Section of the content of the cont	Ativo Circulante		31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido		31/12/2022	31/12/2021		Nota	.,	
Part	Caixa e equivalentes de caixa				Fornecedores			8.615		19	880.689	19.493
Part	Aplicações financeiras - conta reserva Clientes	7	23.310	-	Passivo de Arrendamento Impostos, taxas e contribuições a recolher	. 14	9.669 5.938	926	Lucro/(Prejuízo) Bruto			(24.867) (5.374)
Mary	Tributos a recuperar Despesas antecipadas		1.793	1.361	Partes Relacionadas	. 15	41.064	5.670		20	(21.736)	(6.269)
Secretaries 1	Outros créditos		23.014	3.606	Provisão para imposto de renda			914			(1)	(1)
Control Cont	Não Circulante			427.145	Provisão para construção de obras	. 16	614				3.521	(11.644)
1	Outros créditos Outros créditos - Conta reserva - ANTT		592	- 1.072.617	Outras contas a pagar	. '	4.940	-				13.486 (661)
Part	ImobilizadoIntangível		2.355.148	1.524.440	Debêntures	. 13					25.067	12.825
Point Poin			3.577.840	2.599.143	Tributos diferidos	. 12.a)	2.689	1 072 617			28.588	1.181
The last place 1					Provisão para construção de obras	. 16	16.038	11.114				(411)
Capital Scale Capital Scal					Total do passivo não circulante Patrimônio Líquido					•	(9.917)	(411) 770
Table					Reserva legal	. 18.b)	972	38	Lucro por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	22	0,00971	0,00105
Part	Total do Ativo		3 833 383	3.026 222	Total do patrimônio líquido		1.937.373	1.923.136	Demonstrações dos Resultados Abr	angentes para o	s Períodos	findos
Part	THE WO PARTY.						J.033.383	0.020.288		021 (Em milhares	de reais - F	R\$)
Part	Demonstração da Mutação d	do Patrimônio	Líquido para	os Períodos			de reais - R\$)					770
Section Sect					Reservas de luc Capital Orçame	ros nto L	ucros		Resultado Abrangente Total do Exercício			770
serio Equipo do exercício. 18.b 38 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 47 (182) 38 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48	Saldos em 31 de dezembro de 2020			<u>explicativa</u>	3 -	oital acumu -						
Searvit Ligal 18.0 38 38 38 48 38 48 48 48	Lucro Líquido do exercício				1.922.548	-	770		de 2022 e 2021 (Ém mi		-	24/42/2024
Commonstrage Comm	Reserva Legal	oor ação)				:	(38) (182)	(182)		_		31/12/2021
Service 18.67 18.67	Constituição de reserva - Orçamento de capit Saldos em 31 de dezembro de 2021	al			1.922.551 38	547		1.923.136	Com construção			19.493
Pagamento de Ciniza de Artividades Operacionals 1.922 11/12/2021 1.922	Saldos em 31 de dezembro de 2021 Lucro Líquido do exercício					547	- 18.671	1.923.136			- 890.376	- 19.493
Secretaria 18.c - 13.03 (13.03)					- 934			(4.404)				
As notas explicativas salo parte integranted das demonstrações financeiras. As notas explicativas salo parte integranted das demonstrações financeiras. (836, 152) (82.29)	Constituição de reserva - Orçamento de capit	al				303 (1		` _	Materiais, energia, serviços de terceiros e ou	tros	(15.623)	(4.161)
Pagamento de Dirigações com Poder Concedente Conced	San Si do documbro de 2022			ão parte integ							(836.132)	(28.239)
Pagamento de Obrigações com Poder 11.110 1.622 1.022 1.022 1.023 1.022 1.024 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.022 1.024 1.024 1.022 1.024 1.024 1.022 1.024	Demonstração dos F	luxos de Caix	•		em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em mil	hares de reais		24/40/000	Depreciação e Amortização		(22.297)	(8.746) (116)
A contraction of the provision para construção de plas atividades operacionals: 1.00												(1) (8.863)
Perdad Baixa de ativo imobilizado e do intangível 1.022 Imposto de renda e contribuição social pagos. (246) (411) (411) (415) (415) (411) (415) (415) (415) (411) (415)	com o caixa líquido gerado pelas atividades Depreciações e amortizações	operacionais:	22.297		Pagamento de provisão para construção de Outras contas a pagar	obras	(517) 18.441) -	Valor Adicionado Recebido em Transferên	cia	47.097	13.486 13.486
Particulação minimentos sobre decembratos sobre decembratos sobre decembratos sobre decembratos 26.976 Aquisição de imobilizado	Perda/ Baixa de ativo imobilizado e do intan Capitalização de juros	gível	1.022	-	Imposto de renda e contribuição social pago Caixa líquido gerado pelas atividades operado	os cionais	(246)	(411)	Valor Adicionado Total a Distribuir		79.043	4.623
de obrâs 619 - Aplicações financeiras - Conta reserva 11.190 2.536 Aplicações financeiras - Conta reserva (46.100) - Financeiras - Conta r	de arrendamentos		26.976		Aquisição de imobilizado		(81.265)		Pessoal		16.363	2.537
Tributos diferidos	de obras				Aplicações financeiras		` 19.803	(27.570)	Benefícios		2.037	216
Feceita sobre aplicações financeiras - contá reserva (604) Fluxo de Caixá das Atividades de Financiamento Federais Fedrais Federais Fedrais Federais	Tributos diferidos		2.689	-	Outros créditos - Conta reserva ANTT		` _	(1.072.617)	Impostos, taxas e contribuições			113 411
Clientes (29,859) Pagamento de arrendamentos (6,167) Partes relacionadas 35,266 5,596 Juros pagos sobre arrendamentos (878) Juros pagos de pagos Juros pagos de pagos Juros pa	Receita sobre aplicações financeiras - conta Variação nos ativos operacionais:	reserva	(604)	-	Fluxo de Caixa das Atividades de Financia Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	amento pagos	(182)	-	Federais			411
Tributos recuperar	Clientes Partes relacionadas		35.266		Pagamento de arrendamentos		(6.167) (878)	-	Remuneração de capitais de terceiros		24.412	905
Outros créditos (20.000) (3.606) Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa (234.600) 391.951 Fornecedores 12.281 8.615 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 391.952 1 Nobrigações sociais e trabalhistas 1.393 1.556 Caixa e equivalentes de caixa no firm do exercício 157.352 391.951 Nobrigações sociais e trabalhistas 1.393 1.556 Caixa e equivalentes de caixa no firm do exercício 157.352 391.952 Nobrigações sociais e trabalhistas 1.393 1.556 Caixa e equivalentes de caixa no firm do exercício 157.352 391.952 Nobrigações originarios de capitais próprios 18.671 770 Absorção prejuízo anos anteriores 18.671 770 Absorção prejuízo ano	Tributos a recuperar		(9.664)	(2.583)	Aporte de capital		-	1.922.548	Aluguéis		2.382	244
Fornecedores 12.281 8.615 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 391.952 1 Absorçao prejuizo anos anteriores 934 38 Obrigações sociais e trabalhistas 1.393 1.566 Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 157.352 391.952 Partes relacionadas - fornecedores 35.394 5.669 Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa Impostos, taxas e contribuições a recolher 5.012 926 e Equivalentes de Caixa (234.600) 391.951 Lucros retidos 13.303 547 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	Outros créditosVariação nos passivos operacionais:		(20.000)		Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo o	le Caixa			Remuneração de capitais próprios			770
Partes relacionadas - fornecedores	Fornecedores		1.393	1.556	Caixa e equivalentes de caixa no início do ex Caixa e equivalentes de caixa no fim do exer	ercício cício	391.952	1	Reserva Legal			3
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	Partes relacionadas - fornecedores		35.394 5.012	5.669 926	Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo o e Equivalentes de Caixa	le Caixa			Lucros retidos		13.303	182 547
Communication		As notas	s explicativas s	ão parte integ	rante das demonstrações financeiras.						,	



1. Informações Gerais: A Concessionária Ecovias do Araquaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.I., localizada na cidade de Tortona - Itália. A Companhia possuía algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacam-se: (i) obras a serem entreques nos primeiros 6 meses da concessão: 19 Bases de Servicos Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, viaria. Apos leatradada ao orda, a regelizar Nacional de Malagorias portes ferentes de Anti-, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que o tráfego de veículos leves e pesados, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A instituições infanceiras, individuos e sectores económicos da nussia e bietoriussia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG Environmental, Social and Governance na sigla em inglês): A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, desizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivo financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. <u>Custo amortizado</u>: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da divida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhec inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a

taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos

subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro suieito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 21). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. <u>Passivos financeiros ao valor justo por </u> meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. <u>Desreconhecimento</u>: Um passivo financeiro é desreconhecido guando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar designado a van judio por lineo de resultados <u>Desireos medimentos</u> on passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilibrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº11 Intangível, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) **Provisões gerais**: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiáve do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média vano presente da data da managores, en vintue de seus prazos, destinado a taxa media de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos das debêntures: Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos directos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores: (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito à um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes: Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alteração alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações, i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial" statements³, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanco patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanco, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *apos a* data do balanço, indo atetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanco. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020 Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não de obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023 Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de

2021 requer que as entidades reconhecam o imposto diferido sobre as transações que. no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. j) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as acões ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de pendicios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. I) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação apresentação de Perioristação de Valor Autoridado (DVA), e requerida pera registação as societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. consocione consequencia, piesa in 10, essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábels.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia

estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cuios benefícios econômicos esteiam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização do Contrato de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. <u>Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis</u>: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. <u>Determinação das receitas de</u> construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de debêntures: Conforme descrito na Nota Explicativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua nensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: <u>Política contábil</u>: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para; utilização em compromiseos de curto prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	6.073	4
Aplicações financeiras:		-
Fundo de investimento (a)	151.064	391.713
Aplicações automáticas (b)	215	235
. ,	157.352	391.952

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

 Recursos não vinculados
 31/12/2022
 31/12/2021

 7.767
 27.570

 7.767
 27.570

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez

26.098

20.838



Continuação

Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados: As aplicações financeiras conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	46.704	
	46.704	
Circulante	23.310	
Não circulante	23.394	-

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e

8. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros clientes pela locação de parireis publicativo, podago cará assim representada: serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021	
Pedágio eletrônico (a)	29.683	-	
Outras contas a receber	176		
	29.859	-	

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. O "aging list" das contas a receber está assim representado 31/12/2022 31/12/2021

9. Outros Créditos - Conta Reserva - ANTT: Para atendimento 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$37.628. Adicionalmente conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilibrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

10. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

depreciação para cada grupo do a	ativo iiriobilize		áquinas e	Móveis e	
	Hardwares	equip	pamentos	utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - % .	20,0		10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de					
depreciação - %	22,8		5,3	7,8	-
	Custo				
Saldo em 31/12/2021	2.140		-	59	2.199
Adições	70.433		4.274	6.558	81.265
Baixas	(112)		-	(605)	(717)
Transferências			1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022	72.461		5.536	6.214	84.031
	Depreciaç	ão			
Saldo em 31/12/2021	(111)		-	(2)	(113)
Adições	(8.500)		(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022	(8.611)		(170)	(232)	(9.013)
	Residua	L			
Saldo em 31/12/2022	63.850		5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021	2.029		-	57	2.086
			Móveis e	Móveis e	
	<u>Hardw</u>	/ares	<u>utensílios</u>	<u>utensílios</u>	Total
Taxa anual de depreciação - %		20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de					
depreciação - %		10,4	6,8	-	-
	Custo				
Saldo em 31/12/2020		-	-	-	-
Adições		2.140	59		2.199
Saldo em 31/12/2021	2	2.140	59	-	2.199
		ão			
Saldo em 31/12/2020		-		-	
Saldo em 31/12/2020 Adições		- (<u>111)</u>	(2)		
Saldo em 31/12/2020		- (<u>111)</u> (111)			(113) (113)
Saldo em 31/12/2020AdiçõesSaldo em 31/12/2021	Residua	- (<u>111)</u> (111) I	(2) (2)		(113)
Saldo em 31/12/2020 Adições	Residua	- (<u>111)</u> (111)	(2)		

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. 11. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são

urados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecime inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao

	Contrato de	Intangível em andamento	Software de	Direito de uso CPC	
	concessão (i)	(ii)	terceiros	06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % Taxa média	-	-	20,0		-
ponderada de amortização - %	(iii)	- Custo	22,2	-	-
Saldos em					
31/12/2021	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Adições	118.067	675.723	4.136	47.768	845.694
Baixas	(305)		-	-	(305)
Transferências	100.415	(101.699)			(1.284)
Saldos em 31/12/2022	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
Saldos em		Amortização			
31/12/2021			(3)		(3)
Adições	(6.434)		(499)	(6.464)	(13.397)
Saldos em	(0.404)		(400)	(0.404)	_(10.007)
31/12/2022	(6.434)	_	(502)	(6.464)	(13.400)
	(=:)	Residual	(/	(=====,	(101100)
Em 31/12/2022	1.681,407	628.619	3.818	41.304	2.355.148
Em 31/12/2021	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440
		Intangível em	Software	Direito de	
	Contrato de	andamento	de	uso CPC	
	concessão (i)	(ii)	terceiros	06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % Taxa média ponderada de	-	-	20,0	-	-
amortização - %	(iii)	- Custo	3,3	-	-
Saldos em					
31/12/2020	-	-	-	-	-
Adições Saldos em	1.469.664	54.595	184		1.524.443
31/12/2021	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443

	Contrato de concessão (i)			uso CPC 06 (R2)	Total
		Amortização			
Saldos em		•			
31/12/2020	-	-	-	-	-
Adições			(3)		(3)
Saldos em					
31/12/2021	-	-	(3)	-	(3)
		Residual			
Em 31/12/2021	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440
Em 31/12/2020			-	-	-

ível em Software Direito de

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a raestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a: implantações de infraestrutura para as praças de pedágios. (ii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: trabalhos iniciais para operação na rodovia (projeto funcional, implantação de bases operacionais, implantação de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio). (iii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 0,40% a.a. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas custos despesas investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou Free Cash Flow to Firm), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orcamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) <u>Taxa de desconto</u>; metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weigthed Average Cost of Capital) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (13,79% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou

ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanco. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferencas temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e

contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:					
		В	alanço j	patrimonial	Resultado
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa -					
PECLD	-	(8)		(8)	(8)
Juros capitalizados	-	(2.681)	-	(2.681)	(2.681)
Provisão para férias					
diretores/stock option	-	5	(5)		
IR e CS diferido - ativo/					
(passivo) (i)	-	(2.684)	(5)	(2.689)	
Receita/(despesa) de IR					
e CS diferido					(2.689)
Em atandimento de Propunciama	nto Tácnico	CDC 22	Tributor	cobro o luo	ro parágrafo

Em atendimento ao Pronunciamento Tecnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, paragrato 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$2.689 no passivo não circulante e registrou R\$2.689 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrei alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos sequintes anos

	31/12/2022	31/12/2021
2023	(537)	-
2024	(538)	-
2025	(538)	-
2026	(538)	-
2027	(538)	
	(2.689)	

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

		31/12/2022	31/12/2021	
	Lucro do exercício antes do imposto de renda			
	e da contribuição social	28.588	1.181	
	-Alíquota fiscal vigente	34%	34%	
	Imposto de renda e contribuição social pela alíquota			
	combinada	(9.720)	(402)	
	Ajustes para cálculo da taxa efetiva:			
	Despesas indedutíveis	(9)	-	
	Gratificações Diretores/PPR	(120)	(36)	
	Incentivos fiscais (PAT)	129	3	
'	Outros	(197)	24	
	Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.917)	(411)	
	Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.228)	(411)	
	Impostos diferidos	(2.689)	` -	
	Taxa efetiva	34,7%	34,8%	

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação

do exercício do imposto de renda e contribuição social está demo	nstrada a seguir: lenght
Companhia	Natureza
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora Indireta
Holding Araguaia (b)	Controladora direta
Itinera Construções Ltda. (c)	Outras partes relacionadas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(d)	Outras partes relacionadas
ICCR 153 S.A (e)	Outras partes relacionadas
Total em 31 de dezembro de 2022	·
Total em 31 de dezembro de 2021	

(a) A EcoRodovias Concessões e Servicos S.A. controladora indireta da Companhia. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.197, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$2.234 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias. não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores, (b) O saldo refere-se à reembolso de despesas, (c) A Itinera Construções Ltda., prestou serviço de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos servicos contratados entre as partes era de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos é em 15 de janeiro de 2057. Em 31 de Dezembro de 2022, não há saldo em aberto a pagar. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para a ICCR 153 S.A. (d) O saldo refere-se a transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13° salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores (e) A ICCR 153 S.A, cessionária do contrato da Itinera Construções, prestará serviço de cução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos será em 15 de janeiro de 2057. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de servicos já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego

				31/12/2022	31/12	/2021
Saldo no início do exercício pro	ovisão IR/0	CS		-		-
Despesa IR/CS DRE				7.228		411
Total de IR/CS pagos	(246)		(411)			
Saldo no fim do exercício prov	6.982		_			
13. Debêntures: A posição da	seguir:					
Descrição Vencime	ento Tax	a média d	le juros	31/12/2022	31/12	/2021
1ª Emissão 07/2	.051 I	PCA + 6,6	66% a.a.	609.000		
				609.000		_
Circulante				20.838		
Não circulante				588.162		-
Os vencimentos das parcelas	não circula	intes têm i	a seguinte	distribuição	por and	0:
,		3	1/12/2022	,	31/12	/2021
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	-	-	-	-	-	-
2024	-	(438)	(438)	-	-	-
2025	-	(438)	(438)	-	-	-
2026	4.121	(437)	3.684	-	-	-
2027	8.710	(432)	8.278	-	-	-
Posteriores a 2027	583.569	(6.493)	577.076			
	596.400	(8.238)	588.162	_		
A movimentação das debêntur	es está de	monstrad	a a seguir	:		
				31/12/2022	31/12	/2021
Saldo no início do exercício				-		-
Adições				582.902		-

Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21).

Saldo no fim do exercício .

1ª Emissão de Debêntures: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforcos de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquiriram os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional "CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros parierio e juino, sertido que a primeira sera devida em 13 de junio de 2020, e os jultos remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture reministradas por in 1940 de 2022. O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos ao longo do contrato: (i) emissora: (a) EBITDA Ajustado, será apurado à partir de 2026; (b) Índice de Cobertura do Servico da Dívida - ICSD, será apurado à partir de 2034; e (ii) fiadora EcoRodovias Concessões e Serviços (c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado será apurado à partir de 31 de dezembro de 2022. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Descrição da cláusula Requerido Atingido Emissão em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos

de divida. A 18	axa interna c	ie netoriic	(TIM) das trans	ações es	ia desiacada	a a seguir.	
		Valor	Despesas	Valor			
Série	Data	nominal	com emissão	líquido	Taxa de ju	ros TIF	ł
Série única	15/06/2022	593.150	(8.525)	584.625	IPCA + 6,6	66% 12,47%	0
		593.150	(8.525)	584.625			
14. Passivo d	le Arrendam	ento: As o	obrigações finan	ceiras sã	o compostas	como segu	е
				;	31/12/2022	31/12/202	ı
Obrigações bi	rutas de arre	ndamento	financeiro -				_
pagamentos	mínimos de	arrendam	ento:		41.601		-
Circulante					9.669		-
Não circulante	ə				31.932		-
A movimentad	cão das infor	macões es	stá demonstrada	a a seguir	:		
	,	,			31/12/2022	31/12/202	ı
Saldo no início	o do exercíci	o			_		-
Adições					47.768		-
Encargos fina	nceiros (vide	Nota Exp	licativa nº 21)		878		-
Pagamento pi	rincipal		······		(6.167)		-
					(878)		-
							-
15. Partes Re	elacionadas	: A Comp	anhia contrata	serviços	de seus acid	onistas ou c	Ē

empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas sejan controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's

	Alivo		Passivo	r	resultados
Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Custo	Despesas
-	8.193	2.234		5.255	10.201
-		24		-	-
-		26		-	-
-	216.656	-		-	-
201	-	-		-	10.201
	38.780	38.780			
201	263.629	41.064		5.255	20.402
73	1.898	5.670	1.232	2.391	73

(pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração bal anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$2.163 (R\$668 em 31 de dezembro de 2021). A remuneração provisionada aos admin no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável)	1.528	444
Remun. com base em ações (Phantom Stock		
Option/Restricted Stock)	-	(7)
Seguro de vida	4	2
Assistência saúde	92	52
Previdência privada	41	23
FGTS	74	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos		
de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option		
- PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	267	119
,	2.006	668

16. Provisão para Construção: Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível



Continuação

demonstrados a seguir

		Adição		Efeito	
	31/12/2021	(Intangível)	Pagamento	Financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-		13.394
constituição Realização da	(1.404)	-	-	-	(1.404)
construção Ajuste a valor	-	-	(517)	-	(517)
presente - realizações			-	619	619
Atualização Monetária	11.990	4.560 4.560	(517)	619	4.560 16.652
Circulante	876		(3.7)		614
Não circulante	11.114	Adlasa		Efeite.	16.038
	04/40/0000	Adição		Efeito	04/40/0004
Constituição da provisão para obras futuras Efeito do valor presente sobre	-	(Intangivei) 13.394	Pagamento -	<u>Financeiro</u> -	13.394
constituição Circulante Não circulante	====	(1.404) 11.990			(1.404) 11.990 876 11.114
17. Obrigações com P	oder Conce	dente:			
3.,,			9	1/12/2022	31/12/2021

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização (a)	994	914
Conta reserva (b)	1.123.688	1.072.617
,	1.124.682	1.073.531
Circulante	8.765	914
Não circulante	1.115.917	1.072.617
A movimentação está demonstrada a seguir:		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	31/12/2022 1.073.531	31/12/2021
Saldo no início do exercício		31/12/2021 - 1.430.120
		-
Adição Principal Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	1.073.531	1.430.120
Adição Principal	1.073.531 - 11.190	1.430.120
Adição Principal	1.073.531 - 11.190 13.444 37.628	1.430.120

a) Taxa de fiscalização: O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá nun montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas o devert montante de R\$9.732 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$994 (R\$914 em 31 de dezembro de 2021). b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. c) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080 GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtuito força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. <u>Recursos vinculados</u>: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Freguente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. <u>Casos de extinção</u>: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$773.657 (R\$19.493 em 31 de dezembro de 2021) não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados

Previsão até o fim da concessão

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	3.644.806	3.684.154
Conservação especial (manutenção)	3.525.280	3.751.421
Equipamentos	585.711	676.351
Total	7.755.797	8.111.926
Seguros contratados: A Companhia tom coh	artura da saguros cons	iderada suficiente

pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são como

•	Início	Final		Valor	1
Natureza	Vigência	Vigência	Seguradora	Garantia	
Seguro Garantia - Operações	13/08/2022	31/12/2023	Fator	442.365	(
				112 365	-

no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão 18. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$1.922.551, representados por 1.922.550.917 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a Holding do Araguaia S.A b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líguido ajustado do exercício limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$972 (R\$38 em 31 de dezembro de 2022). c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da constituda nos entres de antigos 2 e 130 da 2611 0.404/70, paragrato primeiro de Instrução CVM nº 480. Em 31 de dezembro de 2022, 0 saldo da reserva de orçamento de capital é de R\$13.850 (R\$547 em 31 de dezembro de 2021). O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2023. d) Dividendos: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O valor de R\$182 pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022. O saldo de dividendos no valor de R\$4.434, registrado no passivo circulante refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, a depender de deliberação da

proxima Assembleia derai Ordinana. O calculo dos dividendos e como segue.			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	18.671	770	
Absorção prejuízo exercícios anteriores		(3)	
Lucro líquido do exercício ajustado		767	
Reserva legal (5%)	(934)	(38)	
Base de cálculo dos dividendos	17.737	729	
Proposta da Administração:			
Dividendos mínimos obrigatórios contabilizados	(4.434)	(182)	
Reserva de orçamento de capital	(13.303)	(547)	
19. Receita Líquida: Política contábil: A receita é mens	surada pelo v	alor justo da	

contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	24.461	-
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	68.795	-
Vale-pedágio	21.351	-
Outras	2.112	-
	116.719	_
Receita de construção (b)	773.657	19.493
Receita bruta	773.657	19.493
Receita bruta	890.376	19.493
Deduções de receita bruta	(9.687)	
Receita líquida	880.689	19.493
·	31/12/2022	31/12/2021
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	116.719	-
,	116.719	
Deduções		
Cofins (3%)	(3.502)	-
PIS (0,65%)	(759)	-
ISS (2% a 5%)	(5.419)	-
Abatimentos	(7)	-
	(0.697)	

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da pessecom do visuário a planto de pessecom quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência

20. Custos Operacionais - Por Natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	16.363	2.537
Conservação e manutenção e outros	2.802	17
Serviços de terceiros (i)	39.493	4.798
Seguros	1.924	697
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	11.190	2.536
Custo de construção de obras	773.657	19.493
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa		
nº 10 e 11)	22.297	116
Locação de imóveis e máquinas	2.382	244
Outros custos e despesas operacionais	7.059	698
	877.167	31.136
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	855.431	24.867
Despesas gerais e administrativas	21.736	6.269
	877.167	31.136
(i) Os sarvigos do taraciros são basicamento compostos po	r corviose do	accoccoria o

consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. Resultado Financolico.

	21. nesultado Filialiceiro.		
		31/12/2022	31/12/2021
	Receitas financeiras:		
,	Receita de aplicações financeiras	46.819	13.486
	Outras receitas financeiras	278	
'		47.097	13.486
	Despesas financeiras:		
	Juros sobre debêntures	(21.276)	-
	Variação monetária sobre debêntures	(3.250)	-
•	Amortização de custo com emissão de debêntures	(1.572)	-
•	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(619)	-
	Pis e Cofins sobre receitas financeiras	627	(627)
	Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(878)	-
•	Juros Capitalizados	7.884	-
•	Outras despesas financeiras	(2.946)	(34)
l		(22.030)	(661)
•	Resultado financeiro, líquido	25.067	12.825
	22. Lucro por Ação: a) Lucro básico: O lucro básico e a qu	antidade méd	lia ponderada

acões ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da		
Companhia e utilizado na apuração do lucro		
básico por ação	18.671	770
Quantidade média ponderada de ações ordinárias		
para fins de cálculo do lucro básico por ação	1.922.551	736.636
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,01	0,001
b) Lucro diluído por coão: A Companhia pão posqui dívido o	onvorcíval om	20000

23. Gerenciamento de Riscos E Instrumentos Financeiros: Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dividas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido pelo patrimônio líquido da Companhia A Companhia revisa anualmente a estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	1.775.283	1.073.531
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações		
financeiras conta reserva - vinculados	(1.327.744)	(1.464.569)
Dívida líquida	447.539	(391.038)
Patrimônio líquido (b)	1.937.373	1.923.136
Índice de endividamento líquido	0,23	(0,20)

(a) A dívida é definida como debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13. 14 e 17: (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação cursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações fina são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 102,3% do CDI em 31 dezembro 2022 (103,1% do CDI em 31 dezembro 2021), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros portanto, mensurados pelo custo amortizado. <u>Valor justo de ativos e passivos financeiros</u> Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	6.073	6.073
Aplicações financeiras e aplicações financeiras		
conta reserva (i)	205.750	205.750
Clientes (ii)	29.859	29.859
Outros Créditos - conta reserva - ANTT (iii)	1.123.688	1.123.688
. , ,		

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Passivos:		
Fornecedores (ii)	20.896	20.896
Debêntures (iv)	609.000	-
Passivo de Arrendamento (iv)	41.601	41.601
Obrigações com Poder Concedente (iii)	1.123.688	1.123.688
Obrigações com Poder Concedente (iv)	994	994
Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Ontion (v)	47	47

(i) Os saldos de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras c0nta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (ii) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. (iv) As obrigações com debêntures, passivo de arrendamento e Poder Concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. (v) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos

volve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:					
sco	Subcategoria				
tratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/ contratual, concorrência;				
peracional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condi- ções climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;				
nanceiro ompliance	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio; Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e				

Reputacional Imagem, credibilidade e reputação No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alcadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão, A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos precos de mercado. Os precos de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "ratind" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP -Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$17.310, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseiase na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

		Taxa de juros				4 anos
	Modalidade	efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	em diante
	Debêntures	IPCA + 6,66% a.a.	61.763	43.688	46.092	3.196.929
	Passivo de					
	Arrendamento	Cfe contrato individual	9.669	9.669	5.536	16.727
			71.432	53.357	51.628	3.213.656
	Análise de sensibilidad	l <u>e</u> : Risco de variação nas	taxas de	juros: A ar	nálise de s	ensibilidade
	foi determinada com b	ase na exposição às tax	as de jur	os dos ins	trumentos	s financeiros
	não derivativos no fim	do período. Para os pas	sivos con	n taxas po	s-fixadas	, a análise é
a	preparada assumindo	que o valor do passivo	em abert	o no fim	do períod	o esteve em
		período. A análise de ser				

a incorrer
Cenário III
50%
24.440
(63.395)
(38.955)

a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

2	taxas consideradas (projetadas para 12 meses) totam as seguintes.			
,	Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
,	CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
,	IPCA (b)	5,21%	6,52%	7,82%
ı	Fonto: Polatório da Cons	ultoria I CA - dezembro/2	2022	

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa

Transação	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - CPC06 (R2)	47.768	
Outros créditos - Conta reserva	51.071	1.072.617
Atualização Monetária - Provisão Construção	4.560	-
25 Informações por Segmento de Negócio: A operaçõe	da Companhia	concieto no

25. Informações por Segmento de Negócio: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. Evento Subsequente: Decisão Supremo Tribunal Federal (STF): Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência. uma decisão. mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.



Conselho de Administração

MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)

ALBERTO LUIZ LODI RUI JUAREZ KLEIN MAURO OLIVEIRA DIAS DANILLO DE MATOS MARCONDES

Membros Suplentes RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES DANI AJBESZYC

Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN Diretor Superintendente / Diretor Belação com Investidores - CARLOS EDUARDO AUCHEWSKI XISTO

Contador: HUGO RAFAEL MITZ

Porque é um PAA

Aos Administradores e Acionistas Concessionária Ecovias do Araguaia S.A

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas

indiações do partinonio fundo e dos inúxos de cara para o exercicio findo fiessa dada, penh como as correspondentes fiolas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e o utras informações eflucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board

Porque é um PAA

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 19) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de entendimento dos principais controles internos estabelecidos usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das Essas transações são controladas por sistema de passagem informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e

próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos contábil. sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa Companhia.

auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário pedágio, bem como dos processos que suportam o Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela reconhecimento da receita.

Companhia.
Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos seu ativo intangível o montante de R\$ 2.310.026 mil referente ao controles internos relevantes para a determinação do valor valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos

que mais impactam o valor recuperável constam as permissas administrações e dados publicos e internos, que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas | Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e specialistas externos contratados pela administração para apoio e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas | Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os estimativas e, consequentemente, nas demonstrações cirtérios e premissas utilizados pela administração ata capacidade de capacidade de compactiva de contratações de consequentemente, nas demonstrações cirtérios e premissas utilizados pela administrações acestidades consequentemente, a consequentemente, a consequentemente, a consequentemente, a consequentemente, a consequentemente, a consequentemente consequentemente, a consequentemente con financeiras.

possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e la tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas administração com o orçamento elaborado pela condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas administração e informações e dados públicos e internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e latrifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas administração e informações e dados públicos e internos, a consistência das informações e principais premissas internos, a consistência das informações e principais premissas a projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e latrifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, premissas consideradas pela administração que são administração com o orçamento elaborado pela calcinada de a capacidade de a capacidade de capa

e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se

a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor evantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações final nadas em conjunto. Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

- de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas
- evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a
- demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam

afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando Contador CRC 1SP217518/O-7

Homologação da concessão da área do Canecão é publicada no DOU

Leilão ocorreu em fevereiro e vencedor foi o consórcio Bônus-Klefer

AGÊNCIA BRASIL

A homologação da concessão de uso da área do Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Ianeiro (UFRJ), em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, onde funcionava a antiga casa de shows Canecão, foi publicada na edição desta quinta-feira (16) do Diário Oficial da União (DOU). O texto informa que a permissão é para a "implantação, operação e exploração de equipamento cultural multiúso e dos bens da concessão", que foi a leilão no último dia 2 de fevereiro.

A elaboração do certame coube ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O vencedor foi o consórcio Bônus-Klefer, composto pelas empresas Bônus Track Entretenimento Ltda e Klefer Produções e Promoções Ltda, com a oferta de R\$ 4,35 milhões. O valor, destacou o BNDES, é cerca de sete vezes superior aos R\$ 625 mil



definidos pelo edital como valor de outorga mínima. Com o prazo de concessão de 30 anos, o total estimado de investimentos obrigatórios chega a R\$ 180 milhões, que devem contribuir para melhorar a infraestrutura acadêmica da UFRJ.

O consórcio vencedor não foi o único a participar do certame. Teve como concorrente empresa W Torre Entretenimento e Participações, em uma disputa intensa. O BNDES informou naquele dia que o resultado só foi conhecido após o oitavo lance em viva-voz.

De acordo com o banco, o projeto prevê "a construção de um complexo cultural integrado por um local para espetáculos com capacidade mínima de três mil espectadores, uma galeria para exposições com pelo menos 320 metros quadrados e uma sala de ensaios com área mínima de 270 metros quadrados". Além disso, no quarto

ambiente do complexo haverá o Espaço Ziraldo, com área mínima de 430 metros quadrados, destinado a exposições e a apresentações. Os equipamentos, conforme o BNDES, serão compartilhados entre o vencedor do leilão, que vai fazer a exploração comercial, e a universidade.

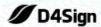
"A nova direção do Banco quer ampliar as estruturações de projetos junto às universidades e demais instituições

federais de ensino superior", informou o diretor do BNDES, Nelson Barbosa, em texto publicado no site da instituição.

Em contrapartida, o consórcio terá que construir um restaurante universitário com capacidade para oferecer 2 mil refeições diárias e um prédio acadêmico para cerca de 4 mil estudantes, além da criação de espaços públicos arborizados no entorno.

Já a UFRJ, anualmente, poderá usar o Equipamento Cultural Multiúso por 50 dias, a galeria para exposições e a sala de ensaios por 90 e o Espaço Ziraldo por 275. Depois de concluída a concessão, todos esses empreendimentos culturais passarão para posse da univer-

"O projeto tem como pilar a valorização do patrimônio histórico e cultural, além da cultura e do lazer, na cidade do Rio de Janeiro. Também busca fortalecer as políticas de permanência estudantil, da pesquisa, do ensino e da extensão universitária da UFRJ", completou Nelson Barbosa, na nota divulgada pelo BNDES.



10 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 16 de March de 2023, 19:26:42



DIGITAL pdf

Código do documento 8d04e197-8812-4920-a362-36d7dc07ed9e



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos diariodamanha@dm.com.br Assinou como parte

giulio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

16 Mar 2023, 19:23:35

Documento 8d04e197-8812-4920-a362-36d7dc07ed9e **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-16T19:23:35-03:00

16 Mar 2023, 19:24:55

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-16T19:24:55-03:00

16 Mar 2023, 19:25:49

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou como parte** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 187.113.34.135 (187.113.34.135.static.host.gvt.net.br porta: 7260) - Geolocalização: -16.6498404 -49.223382 - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2023-03-16T19:25:49-03:00

Hash do documento original

 $(SHA256): c3e0e fae34488a1598301d5c941f4ed5e7b212418876a1ccce92f023d13ac4aa\\ (SHA512): e18d84bd1a3f55e11cc51472a0e3fa017ab2280c328cb89b3685a0e73401f3670216fd84e9133a9efd85457f3438fff5364770aac5b56f6b5212714ff1a09123$

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign